

O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento.

Resultado de investigação finalizada

GT 20 Sociedad Civil: Protestas y Movimientos Sociales

Bianca de Oliveira Ruskowski (IFSUL); Marcelo Kunrath Silva (PPGS/UFRGS)

Resumo

O artigo visa debater, a partir da elaboração de um modelo de análise que reúne condições e mecanismos básicos, o processo de engajamento militante. A partir da revisão da literatura identificaram-se três abordagens de análise quando se trata de explicar a ação coletiva e o engajamento. O estudo comparativo foi realizado com a organização Levante Popular da Juventude e o projeto de voluntariado Tribos nas Trilhas da Cidadania, ambos localizados na cidade de Porto Alegre/RS. Como resultado, observou-se que, embora os mecanismos averiguados fossem os mesmos no movimento social e no voluntariado, as combinações entre diferentes características organizacionais e individuais oportunizaram a vivência do engajamento a partir de cinco dimensões: altruísta, consensual, pontual, individual e de continuidade ou altruísta, conflitivo, global, coletivo e de ruptura.

Palavras-chaves: Engajamento; Mecanismos Causais; Juventude.

1. Introdução

O presente artigo visa apresentar os resultados da pesquisa realizada sobre o processo de engajamento militante, entendido “como toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201). Neste texto, o debate está centrado na apresentação do modelo de análise para a apreensão do engajamento em organizações consensuais e conflituosas.

Para tanto, optou-se pelo estudo comparativo com a organização *Levante Popular da Juventude* e o projeto de voluntariado *Tribos nas Trilhas da Cidadania*, ambos localizados na cidade de Porto Alegre/RS, realizando doze entrevistas em profundidade com os jovens participantes, com um coordenador de cada organização e observação participante em ações, encontros e reuniões e pesquisa documental.

O *Levante Popular da Juventude* (LPJ) foi criado em meados de 2005, a partir de uma deliberação da Consulta Popular¹ (CP) que identificava uma necessidade de “organizar” a juventude urbana. É um grupo que agrega jovens de diversos movimentos sociais, além de grupos culturais e estudantes universitários e secundaristas. Sua organização está voltada para fomentar a participação dos jovens a partir de pautas vinculadas à melhoria de sua condição social (educação, trabalho e cultura). A metodologia do trabalho de recrutamento da organização está fundamentada em formas de organização que dialoguem com os jovens para o incentivo do engajamento. Desta maneira, a linguagem utilizada

¹ Agrupamento de vários movimentos sociais de massa próximos ao Movimento Sem Terra (MST), organizados desde 1997.

nos momentos de formação política, o direcionamento de atividades próximas da juventude, tais como stencil, música, teatro são utilizadas nas manifestações para atrair e dialogar com este público.

O *Tribos nas Trilhas da Cidadania* (TTC), criado em 2003, é uma ação da ONG Parceiros Voluntários (PV), dentro do programa Parceiros Jovens Voluntários (PJV). Propõe-se a “estimular que o jovem atue em seu contexto social por meio do trabalho voluntário e do empreendedorismo, visando sua formação como agente mobilizador e articulador frente a desafios cotidianos e sua integração à comunidade, com base na solidariedade e na Responsabilidade Social Individual²”. Sua atuação se dá nas escolas, articulando instituição, direção, pais e educadores no incentivo ao voluntariado dos jovens para a promoção de ações voltadas à Educação para a Paz, Cultura e Meio Ambiente.

A coleta de dados da pesquisa deu-se a partir de uma combinação de técnicas qualitativas que possibilitou a apreensão do conjunto de indicadores necessários para demonstrar o argumento proposto no qual a intensidade do engajamento depende das dimensões assumidas para os jovens em contextos organizacionais diversos. O que as análises dos perfis permitiram identificar foi que tipos de socializações semelhantes, em termos de atributos sociais, podem gerar processos de engajamento muito diferentes. Também se identificou socializações que geraram habilidades para a militância apesar da ausência de disposições, capacidades e recursos.

Com isso, foi possível identificar variações neste processo de engajamento de intensidades e transformações da participação. Também se visualizaram de forma concreta eventos e ações que explicam o engajamento diferenciado de sujeitos com tipos de socialização semelhantes, ou o oposto disto, ou seja, a possibilidade de explicar como determinados perfis tratados pela literatura como “desposuídos” de determinadas capacidades acessam as organizações e produzem o alinhamento identitário necessário ao engajamento.

A partir da revisão teórica, reúnem-se neste modelo perspectivas teóricas que separadamente analisam as condições estruturais de emergência da participação a partir de conceitos como os de estrutura de oportunidades políticas, estruturas de mobilização e quadros interpretativos. De outro lado, tem-se uma perspectiva mais subjetiva que problematiza a interação dos indivíduos frente às condições estruturais da participação. Neste caso, levam-se em consideração as disposições, recursos e capacidades originárias dos processos de socialização e o uso delas pelos indivíduos, ao se analisar a interação com as formas de atuação que as organizações oferecem, os laços construídos entre eles, as diversas motivações que os farão ou não aderir a uma causa em ações coletivas.

2. Mecanismos do processo de engajamento

A opção por se trabalhar com a noção de mecanismos como recurso explicativo do processo de engajamento dá-se pela necessidade de se construir explicações causais sobre processos, a partir de dados concretos. Assim, entende-se que mecanismos formam uma classe delimitada de acontecimentos que mudam as relações entre conjuntos especificados de elementos de forma idêntica ou muito semelhante sobre uma variedade de situações (TILLY, 2001). Dessa forma, o mecanismo designa um fator ou processo (físico, social, psicológico), por vezes não *observável* diretamente, através do qual *operam* os agentes dotados de poderes causais em contextos e sob condições específicas. No entanto, são *reais* porque constituem realidades ontológicas (MÁIZ, 2011). Para Mayntz, a expressão *mecanismos sociais* deve ser utilizada para processos recorrentes que geram determinado tipo de resultado (MAYNTZ, 2004), de tal forma que os processos são sequências ou combinações de mecanismos que ocorrem frequentemente (TILLY, 2001).

Dito isto, o processo de engajamento envolve o contato com a organização e a interação entre indivíduo e organização para a produção do engajamento, pois, para que haja engajamento, são

² Fonte: <<http://www.parceirosjovensvoluntarios.org.br/oquee.aspx>>, acessado em 30 de outubro de 2010.

necessárias disposições anteriormente construídas durante o processo de socialização e a identificação da pessoa com a organização. O indivíduo precisa ter contato com a organização, seja por um processo direto – mediante o recrutamento – ou indireto por meio da mediação de alguma pessoa próxima. A interação, por conseguinte, torna-se fundamental para que o sujeito decida se engajar numa causa a partir da sua rede social, mas também para que ele se torne ativo e permaneça engajado, conectando suas necessidades às do movimento do qual participa. A participação se dará quando as motivações/retribuições pessoais produzirem um alinhamento com os quadros interpretativos de cada grupo associativo.

Sequência/etapas do processo de engajamento

Contato → Interação → Engajamento

Figura 3 – Sequência/etapas do processo de engajamento

Fonte: elaboração da autora.

Neste sentido, segue-se aqui a proposta analítica, segundo a qual

explicar qualquer processo social complexo (contestatório ou não) envolve três passos: (1) descrição do processo, (2) decomposição do processo em suas causas básicas, e (3) reunião destas causas em uma explicação mais geral de como o processo acontece (TILLY, TARROW, 2007, p. 27).

Para a elaboração deste modelo, conforme mencionado, fez a revisão da literatura e identificaram-se três abordagens de análise quando se trata de explicar a ação coletiva e o engajamento. Uma abordagem está mais vinculada à escola americana, principalmente a Contentious Politics, na qual a preponderância da investigação se dá a partir de conceitos como os de Estrutura de Oportunidades Políticas, Quadros interpretativos, Repertórios de Ação e Estruturas de Mobilização (BENFORD, SNOW, 2000; DIANI, BISON, 2010; MAYNTZ, 2004; McADAM, McCARTHY, ZALD, 1999; SNOW et al, 1986; TARROW, 2009; TILLY, 2001, TILLY, 2007). Neste sentido, a ênfase recai sobre as estruturas de organização e sua relação com o contexto político. E possibilita a emergência do mecanismos nomeado como *alinhamento identitário*. Ele ocorre quando líderes e organizadores de movimentos e associações conseguem efetuar uma conexão entre algum(ns) elemento(s) da cultura da população a ser mobilizada e dotá-lo(s) de valor, articulando-o(s) com os objetivos do movimento num dado contexto. Quando há sucesso nesse alinhamento, provavelmente se produzirá o engajamento na ação coletiva.

A segunda abordagem chama atenção para a importância da interação dentro das organizações e o processo de socialização política dos envolvidos como algo fundamental para ser considerado na análise. Os estudos apontam para o processo de tomada de decisão dos atores em relação ao seu engajamento e mesmo a transformação desse no decorrer do tempo (LIMA, 2009; MISCHÉ, 1997; MORENO, ALMEIDA, 2009; PASSY, 1998; PASSY, GIUGNI, 2000).

Para apreender o engajamento individual, Passy (1998) propõe um modelo teórico estrutural e intencional no qual as interações sociais são o cerne da compreensão, compreendido em três etapas:

- 1) o indivíduo, a fim de se engajar num movimento social, deve ter certas características culturais e sociais;
- 2) o indivíduo deve evoluir em um contexto relacional específico;
- 3) e, finalmente, deve decidir – avaliando uma série de parâmetros – se ele se engaja e com qual intensidade.

Com isso, o engajamento é determinado pelo contexto sociocultural do ator, pois serão suas raízes sociais que, num determinado contexto, o incentivam ou não a aderir a uma ação e determinam em que tipo de movimento ele se vinculará. Já o contexto relacional é o segundo elemento da dimensão estrutural do modelo. A estrutura relacional do ator tem a função de socializar o indivíduo e permitir sua inserção em redes, mediar ou recrutar e modular suas preferências. Por fim, a intencionalidade de se engajar ou não se dará com base em certos parâmetros (custos, sucesso, riscos), já que esta decisão não é livre de restrições, pois é moldada, influenciada e avaliada de acordo com as interações que se desenvolvem entre o indivíduo e seu meio social.

As redes sociais pré-existentes são fundamentais no processo de surgimento e desenvolvimento da ação coletiva, pois fornecem os recursos materiais, simbólicos, políticos e humanos. Para Passy, é o tipo de laço que une os indivíduos e os mediadores das oportunidades de mobilização que influencia o grau de mobilização dos novos recrutados, pois as interações sociais formam o processo de decisão que conduz o ator a decidir sobre sua participação no movimento social. As redes sociais intervêm ao influenciarem os processos de definição e redefinição das preferências dos atores (PASSY, 1998).

As relações sociais na qual os atores estão envolvidos ajudam a construir o tecido associativo de uma organização e possibilitam que indivíduos “simpatizantes” tenham contato direto com diversas formas de engajamento, haja vista que a mediação entre sujeitos interessados em se engajar e organizações é fundamental para o desenvolvimento das ações coletivas. As organizações investem em processos de recrutamento, uma vez que sua sobrevivência depende da ampliação das bases de participação. O indivíduo que deseja se engajar em alguma organização necessita de alguém que faça essa ponte, já que, em alguns contextos históricos, o acesso a determinados movimentos só se faz baseado numa relação de confiança, visto que isso implica a segurança das pessoas envolvidas. Dessa forma, identificamos outro mecanismo significativo no processo de engajamento: a mediação.

Uma terceira possibilidade identificada foi a investigação a partir de uma abordagem “disposicional”, a chamada Sociologia do Militantismo, de origem francesa, inspirada pelos estudos de Pierre Bourdieu sobre habitus. E que teve impacto sobre os estudos realizados no Brasil. Aqui o foco de análise está nos atores e nos capitais necessários para sustentar a participação em movimentos sociais (ANJOS, 2008; BOURDIEU, 1996; BRENNER, 2011; FILLIEULE, 2001; OLIVEIRA, 2010; SAWICKI, SIMEANT, 2011; SEIDL, 2009; SEIDL, 2011;).

A disposição é um produto incorporado de uma socialização que pode ser explícita ou implícita e que só se constitui mediante a repetição de experiências relativamente semelhantes. Quando se utiliza a noção de disposição para analisar o processo de engajamento, entende-se que é necessário um esforço para situar ou reconstruir a gênese das mesmas, pois as disposições pressupõem um processo de interpretação para que se possa “fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas” (LAHIRE, 2004, p. 27). Segundo Lahire (2004), a noção de disposição supõe que seja possível observar comportamentos, atitudes ou práticas que contenham a ideia de recorrência, de repetição, de práticas, de série ou classe de acontecimentos.

Olivier Fillieule (2001), ao estudar movimentos de luta contra a AIDS, defende que não há um modelo convincente para a análise do engajamento individual e sua evolução no curso da ação, pois isto implicaria uma análise de como um fenômeno varia em intensidade e duração, considerando-se que este fenômeno evolui de acordo com variáveis contextuais e situacionais, sejam elas sociais ou individuais. Por causa disso, a transformação da “condição à ação” continua opaca, já que não se conhece que modalidade faz “disposição a” se traduzir em “ação efetiva” ou “não-ação” (FILLIEULE, 2001).

Para Fillieule (2001), os atores partilham de múltiplos mundos sociais, e os indivíduos das organizações militantes estão sujeitos a cumprir diferentes normas, regras e lógicas que podem entrar em conflito, sendo esta tensão constitutiva do compromisso político. Comunga do pensamento de

Bernard Lahire sobre ação³, a partir da reflexão sobre socialização. Com efeito, parte-se da noção de que o engajamento constitui-se como um processo relacional, a partir de um conjunto de condições que requer do envolvido certas disposições⁴, que envolvem interesses, crenças, valores e que possibilitem a identificação com uma “causa”, além de competências, recursos disponíveis e acesso a oportunidades de mobilização. A literatura existente sobre processos de engajamento destaca como pontos importantes de análise tanto a dimensão estrutural, vinculada à posição social dos envolvidos, quanto a dimensão relacional, vinculada aos processos de interação.

Neste sentido, o modelo teórico elaborado visa decompor os mecanismos do processo de engajamento. Notamos que alguns pesquisadores têm destacado em seus estudos elementos recorrentes em determinadas trajetórias de engajamento (figura 1) e, conseqüentemente, percebe-se uma tendência em “tratar as condições necessárias como se fossem condições suficientes para a explicação do engajamento militante” (SILVA, RUSKOWSKI, 2011, p. 5). Dessa forma, ocorre uma “generalização das correlações empíricas observadas entre certas características socioeconômicas e de trajetória e processos de engajamento como se as primeiras, por si mesmas e de maneira direta, explicassem os segundos” (SILVA, RUSKOWSKI, 2011, p. 5).

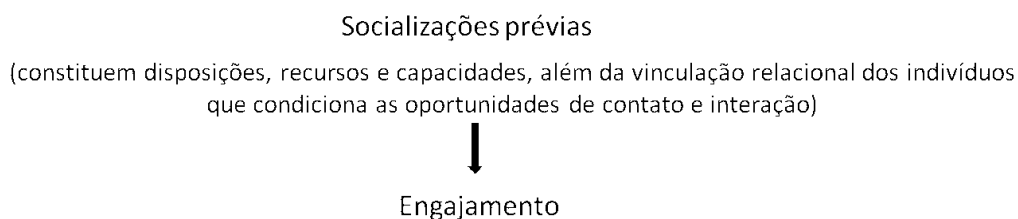


Figura 1: relação direta entre trajetórias e engajamento

Fonte: elaboração da autora.

Com isso, a partir da discussão teórica da contentious politics e da sociologia do militantismo francesa, apresenta-se um modelo de análise do processo de engajamento, descrevendo-o e decompondo-o em suas condições e mecanismos básicos (figura 2). Nesta proposta de análise, as socializações prévias constituem disposições, recursos e capacidades, além da vinculação relacional dos indivíduos que condiciona as oportunidades de contato e interação. O primeiro mecanismo a ser analisado é a mediação, que será mais ou menos eficaz dependendo da compatibilidade com o estoque de disposições, recursos e capacidades acumuladas na socialização prévia. Após temos a interação associativa, que ocorre em atividades que conformam o cotidiano de interações no grupo e as relações que aí se estabelecem. Neste momento, as disposições poderão ser ativadas ou inibidas para construir uma conexão estrutural.

A interação associativa abarca a socialização militante, na qual se constroem e/ou se ajustam as disposições produzidas em contato com a organização e que favorecem/enfraquecem o engajamento. É aí que se estabelece a relação entre o estoque de disposições dos atores e os quadros interpretativos da organização. As relações que vão se construindo nas atividades do grupo, através das quais vão se estabelecendo laços significativos entre os participantes conformam o mecanismo da conexão estrutural. O grupo passa a se constituir como um espaço de inserção formado por pessoas que o indivíduo considera importantes para si. Podem ocorrer também alguns eventos que justificam para os indivíduos a conexão entre diferentes esferas de vida e o engajamento.

³ A teoria da ação de Bernard Lahire coloca em cheque as abordagens que destacam a unicidade do ator e a fragmentação do ator. Para Lahire, deve-se perguntar quais são as condições sócio-históricas que tornam possível um ator plural ou um ator caracterizado pela unicidade (LAHIRE, 2003).

⁴ A noção de disposições utilizada aqui está baseada em Lahire (2003).

Por fim, o alinhamento identitário é uma condição necessária à participação. A ponte entre a organização e os indivíduos se dá a partir da ativação das disposições para se engajar, requerendo a construção de laços significativos entre os dois. É através do alinhamento identitário que a ação dos indivíduos se orienta dentro do quadro interpretativo construído pela organização. O engajamento, assim, é encarado como um processo relacional constantemente negociado, avaliado e ressignificado, de tal forma que o indivíduo tem que lidar com as tensões apresentadas ao longo da socialização militante.

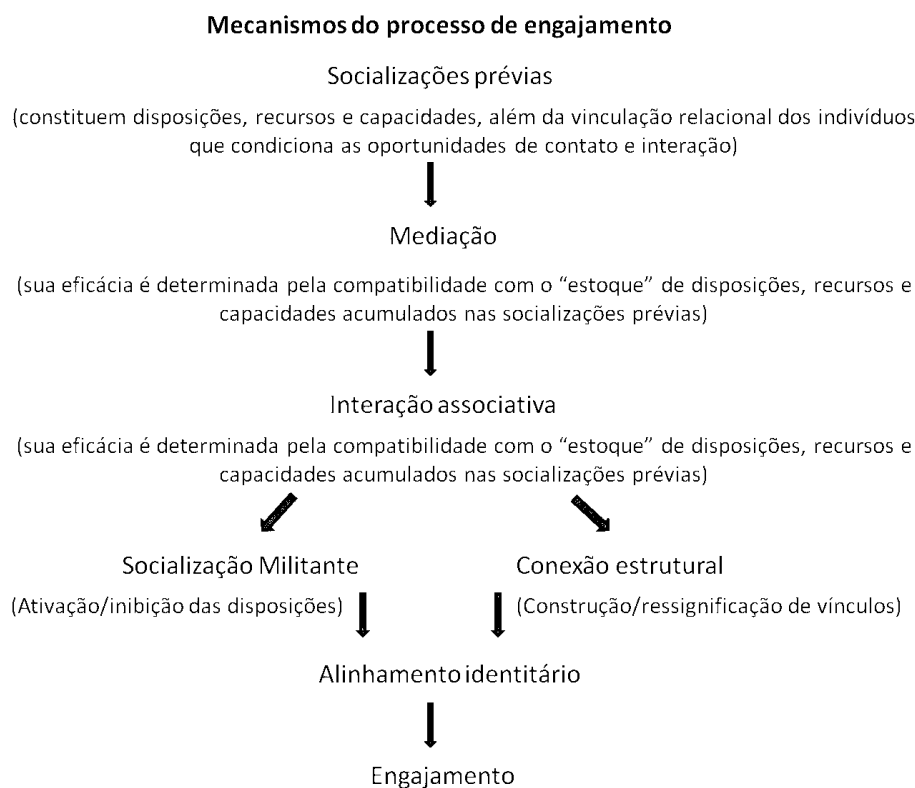


Figura 2: Mecanismos do processo de engajamento

Fonte: elaboração da autora

3. A análise dos mecanismos do processo de engajamento

3.1 Mediação entre os jovens e a organização

Ao analisar-se o mecanismo da mediação, percebe-se que as socializações prévias respondem pela formação dessas disposições para o engajamento, assim como alimentam ou limitam recursos e capacidades que os sujeitos necessitam para construir seu engajamento. A eficácia do contato com a organização dependerá de certa “compatibilidade” entre essas disposições, recursos e capacidades acumulados nas socializações prévias. No entanto, pode-se perceber que estas disposições podem ser tensionadas e modificadas a partir da inserção nas organizações.

Também é possível verificar que quando o jovem tem algum histórico de pertencimento associativo na família, o processo de recrutamento das organizações é percebido como continuação. Quando inexistem experiências desse porte, a organização precisa atuar de forma mais ativa para construir pontes de significado entre as disposições individuais, as capacidades dos jovens (muitas

vezes os convencendo que eles possuem tais qualidades) e suprindo determinados limites ocasionados pela falta de recursos, como tempo ou dinheiro, para efetivar sua participação na organização.

3.2 A interação associativa, a conexão estrutural e a socialização militante

Ao se analisar as interações associativas e a socialização militante dos jovens entrevistados, mapeou-se uma série de elementos que possibilitam apreender como as disposições são construídas e/ou ajustadas em contato com a organização e como favorecem/enfraquecem o engajamento. Também se percebe a forma pela qual a organização trabalha para estimular o desenvolvimento de certas capacidades e suprir a falta de determinados recursos e assim possibilitar maior engajamento.

A conexão estrutural foi analisada a partir das relações que vão se construindo nas atividades dos grupos, através das quais vão se estabelecendo laços significativos entre os participantes. Ou seja, o grupo vai se constituindo como um espaço de inserção composto por pessoas (algumas pelo menos) as quais o indivíduo considera importante para si. Os eventos que justificam para os indivíduos a conexão entre diferentes esferas de vida com o engajamento também foram objetos de análise.

Quando se descrevem os mecanismos de interação associativa, socialização militante e conexão estrutural do LPJ e do TTC, percebem-se diferenças significativas em relação a essas duas organizações. Entende-se que muito dessas diferenças estão relacionadas ao campo de atuação de cada uma delas, mas como a intenção deste estudo é descrever esses processos de engajamento para entendê-los de maneira a produzir-se uma explicação mais geral sobre padrões, formas e intensidades de engajamento, crê-se necessário chamar atenção para alguns pontos de comparação, o que auxiliará na compreensão dos próximos mecanismos a serem analisados, quais sejam, o alinhamento identitário e o sentido do engajamento para os jovens que participam de movimentos sociais e programas de voluntariado.

O primeiro ponto diz respeito às redes de interação e circulação dos jovens. Os jovens que ingressam no LPJ têm uma profunda alteração em suas relações de amizade e nos espaços que circulam ou atividades que costumavam realizar. Independentemente de sua condição social, existem transformações profundas na vida desses jovens. Podemos observar que essas transformações são de tipos diferentes de acordo com o público envolvido.

Para os jovens de classes populares, ocorreu uma cisão e uma ampliação na circulação de espaços: desde frequentar bairros que não estavam acostumados até participar de encontros em outras cidades do estado ou mesmo fora dele. O envolvimento entre os membros da organização passa a ser tão intenso que muitas vezes é percebido como se uma nova vida passasse a existir,

Na verdade virou duas vidas. O *Levante* e onde eu morava. Porque onde eu morava é uma situação totalmente diferente do *Levante*. Porque onde eu morava, tem disputas, se tu não tiver um tênis legal, tu não está no meio, tem vários preconceitos onde eu morava. E o *Levante* é diferente. O *Levante* não tem nada disso. Então ficou mais ou menos dois mundos. Eu até tento aproximar umas pessoas desse mundo para o outro, mas não deu... (Rodrigo, 21, LPJ).

Mas essa modificação na circulação de espaços também ocorre com os jovens de classe média: se antes o horizonte estava orientado para o desenvolvimento de projetos vinculados à formação acadêmica, após o ingresso no LPJ, este projeto é modificado. Em alguns casos, é possível conciliar esses dois mundos paralelos, mas em outros, isto não é possível, como no caso de Carlos que abandonou a universidade devido ao crescente desinteresse pelo curso de Ciências Sociais e o maior envolvimento com a organização. Conseqüentemente, seu círculo de amizades também se alterou, pois

“hoje as pessoas que eu me relaciono mais são pessoas do *Levante*, ou grupos que estão na volta” (Carlos, 25, LPJ).

Para os jovens voluntários não há uma significativa alteração nos espaços que circulam ou nas redes de amizade. Por mais que os locais nos quais desenvolvem suas atividades voluntárias não fossem frequentados anteriormente, eles não se referem ao espaço como algo que tenha alterado sua rotina, pois continuam realizando suas atividades de lazer, como ir a shoppings, cinemas, praças e mantém as amizades de longo período. Este ponto é interessante, pois quase todos os jovens voluntários fazem referência a um círculo de amizades construído a mais de cinco anos, no qual realizam encontros regulares, mantém contato telefônico ou pela internet, mesmo com amigos que não moram mais na cidade.

Os meus melhores amigos foram os meus colegas até hoje. Eu costumo brincar que eu nunca estudei com ninguém diferente, porque os meus colegas que entraram na educação infantil comigo foram os mesmos que se formaram comigo no terceiro ano. Eu a vida inteira convivi com as mesmas pessoas (Maria, 25, TTC).

Outro ponto que chama atenção é a ausência de conflito no grupo de voluntariado. Nenhum dos entrevistados lembrou momentos envolvendo algum tipo de conflito interno ou com a coordenação. Já no LPJ, os entrevistados relataram que as brigas ocorrem, mas são resolvidas e “é bom que quando tu é muito próximo da pessoa, tudo se resolve tudo muito fácil. É uma coisa meio que briga de pai e mãe; na hora explode, mas é teu pai, e tua mãe, depois volta e se resolve” (Helena, 22, LPJ). Esta forma de relacionamento nas organizações pode trazer elementos para se pensar a socialização militante dos jovens, pois a maneira de *enxergar* a realidade para um grupo é a partir do conflito, da desigualdade, da transformação, a passo que para o outro é a partir da conciliação, da ajuda, da individualidade.

3.3 A eficácia do alinhamento identitário

A literatura sobre alinhamento identitário e quadros interpretativos (SNOW et al., 1986; BENFORD e SNOW, 2000) aponta esse processo como *condição* necessária à participação. A ponte entre as organizações e os indivíduos se dá a partir da ativação das disposições para se engajar, requerendo a construção de laços significativos entre os dois, a partir da mediação ocorrida e explicada anteriormente. É necessário ressaltar que a mediação torna-se mais ou menos eficaz de acordo com a existência de compatibilidade entre o “estoque” de disposições, recursos e capacidades dos jovens e os quadros interpretativos das organizações.

Os autores chamam atenção para o perigo de se interpretar esse processo a partir de uma relação automática, na qual se considera de forma direta a interpretação ou o sentimento dos indivíduos sobre suas queixas do mundo e a suscetibilidade de se engajar numa organização. Com isso, ignora-se a forma como são construídos os vínculos que direcionam a interpretação das queixas e os objetivos ou ideologia das organizações. Resumidamente, os autores apontam seis aspectos que necessitam ser considerados ao se analisar a participação em organizações de movimentos sociais:

Em primeiro lugar, a participação nas atividades das organizações de movimentos sociais (SMO) é contingente, em parte, ao alinhamento individual e aos quadros interpretativos das SMO. Segundo, este processo pode ser decomposto em quatro relações, mas não em processos idênticos: transição de quadros, amplificação de quadros, extensão de quadros e transformação de quadros. Em terceiro lugar, o alinhamento de quadro inicial não pode ser assumido, dada a existência de queixas das SMOs. Quarto, o alinhamento de quadro, uma vez alcançado, não pode ser tido como certo, porque é temporalmente variável e sujeito a reavaliação e

renegociação. Como já observamos, as razões que solicitarão participação em um conjunto de atividades em um ponto em tempo podem ser irrelevantes ou insuficientes para se solicitar participação posterior. Em quinto lugar, o alinhamento de quadro, de uma forma ou de outra, é, portanto, um aspecto crucial de mobilização aderente e constituinte. E sexto, cada processo de alinhamento de quadro requer tarefas um pouco diferentes de micromobilização (SNOW et al. 1986, p. 476).

O que é importante ressaltar é que por ser uma condição para o engajamento, o alinhamento identitário orienta a ação dos indivíduos no quadro interpretativo que a organização constrói. São a partir dessas relações que os sujeitos podem estabelecer conexões e buscar situar suas experiências de ação ou desengajamento (quando ocorre algum tipo de incompatibilidade entre as disposições individuais e as propostas interpretativas das organizações).

Os jovens voluntários situam sua experiência de engajamento dentro dos quadros interpretativos do trabalho voluntário. Ou seja, eles valorizam a participação individual, seus envolvimentos são quase profissionalizados, com horários e atividades específicas a serem desenvolvidas numa causa pontual. A ideia de proporcionar o bem-estar do outro, a busca por “praticar o bem” e propagar os benefícios dessa ação aos próprios envolvidos são recorrentes em seus discursos.

Os jovens engajados em organizações de movimentos sociais, pelo intenso processo de enquadramento desse tipo de organização, acabam por orientar ou readequar seus projetos de vida. Muitas vezes passam a articular as esferas de trabalho, estudo, amizades em torno da organização. Para alguns, a formação de uma carreira profissional, por exemplo, não é um caminho cogitado como algo isolado, “de projeto eu acho que é mais essa coisa de querer militar para o resto da vida. Saber que não importa o que eu vou seguir enquanto profissão, mas é uma coisa que me realiza” (Patrícia, 25, LPJ). Outros se vinculam de tal forma à organização que passam a se dedicar integralmente, pois “agora eu virei um liberado⁵ do *Levante*. Eu comecei a me dedicar mais. Na verdade eu dedico o meu tempo integral para o *Levante*. Eu estou liberado e a minha tarefa é com a Zona Sul” (Rodrigo, 21, LPJ).

Também podemos perceber que as formas de atuação nos dois grupos se opõem: de um lado, um modelo mais vinculado à atuação individual e não contestatória e, de outro, uma proposta de ação calcada no coletivo e na contestação. Novamente, as falas dos entrevistados mostram que aqueles que aceitam participar de ações mais contestatórias já apresentavam disposições propícias ao conflito (antes direcionadas para a escola, a família etc.) enquanto este tipo de ação não é aceitável por parte dos jovens voluntários.

Para os integrantes do LPJ, a transformação discursiva é mais ampla, alcançando várias esferas de vida e deslocando a esfera de atuação política para integrar outras esferas como a do trabalho, das amizades, dos estudos. Rodrigo, Carolina e Cristiane tiveram suas percepções sobre o mundo modificadas a tal ponto que a ação contestatória se sustenta e é a base de alinhamento entre a organização e suas disposições para o engajamento.

Eu tinha um pensamento de trabalhar e viver a vida que o capital manda [...] Depois que a pessoa entende o projeto que está defendendo, eu acho que isso mobiliza muito. Porque daí tu tem que ir lá para fazer o projeto, e se eu não for, quem vai fazer, e eu acho que isso é muito mobilizante (Rodrigo, 21, LPJ).

Para Maria, não existe uma ampliação de quadros interpretativos, mas sim, um reforço sobre os benefícios do voluntariado do ponto de vista individual e de inserção profissional:

⁵ Ser um *liberado* significa que a organização desembolsa uma ajuda de custo para que a pessoa dedique integralmente seu tempo às tarefas da organização.

No fundo, no fundo, é engraçado isso que eu vou te dizer: eu sou voluntária de coração, mas no fundo tem o reconhecimento. Porque a escola sabe que se não tiver eu, não vai ter ninguém. Então a escola gosta disso. Então no fundo ele pensa que se não for pelo voluntariado, pelo menos tu está fazendo alguma coisa decente, a escola gosta de ti...

4. Considerações finais

Como resultado, observou-se que os jovens passam a engajar-se a partir de mecanismos similares, mas a diversidade de formas de engajamento dá-se em função de características distintas da organização, tais como estruturas de mobilização, repertórios de ação e *frames*. A compatibilidade entre o “estoque” de disposições, capacidades e recursos dos indivíduos e estas características organizacionais é fundamental para a aproximação entre os jovens e as organizações. Por consequência, perceberam-se diferenças significativas ao se analisar a interação associativa, a socialização militante e a conexão estrutural de cada um dos grupos estudados.

Assim, embora os mecanismos averiguados fossem os mesmos no movimento social e no voluntariado, as combinações entre diferentes características organizacionais e individuais oportunizariam a vivência do engajamento a partir de cinco dimensões: para os jovens participantes das TTC, a de um engajamento altruísta, consensual, pontual, individual e de continuidade. Já a possibilidade construída entre os jovens do LPJ e a organização deu-se a partir de um engajamento altruísta, conflitivo, global, coletivo e de ruptura. Com isso, as TTC cumprem um papel ao mostrarem aos jovens a situação de desigualdade social, produzindo um *incômodo* com a situação vivenciada em nossa sociedade e incentivando ações beneficentes, sem, no entanto, identificar um inimigo ou disputar recursos específicos. Já o LPJ, a partir de um forte processo de socialização militante, canaliza a *indignação* dos jovens, oferecendo uma possibilidade de inserção na organização e nas ações contestatórias, disputando recursos específicos a partir da identificação de um inimigo comum.

5. Referências

- ANJOS, Gabriele dos. Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. **Cadernos Pagu**, (31), pp. 509-534, julho-dezembro de 2008.
- BENFORD, Robert D. e SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: an overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, n.26, p.611-639, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 9 ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos**: um estudo de caso com universitários. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2011.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 219-250. jan.jul. 2010.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue française de science politique**, vol. 51, n. 1-2, février-avril, 2001, p. 199-217.
- LAHIRE, Bernard. **O Homem Plural**: as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos: Disposição e variações individuais*, São Paulo, Artmed Editora, 2004.

LIMA, Antonio João Ferreira de. **As bases relacionais da política na periferia urbana: fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

MÁIZ, Ramon. Las lógicas de la explicación en la obra de Charles Tilly: Estados y repertorios de protesta. IN: FUNES, María Jesús (Org.) **A propósito de Tilly: conflicto, poder y acción colectiva**. Madrid: CIS, 2011. p.49-76.

MAYNTZ, Renate. Mechanisms in the Analysis of Social Macro-Phenomenal. **Philosophy of the Social Sciences**, v 34, n. 237, 2004. Disponível em: <<http://pos.sagepub.com/cgi/content/abstract/34/2/237>>

McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas. Oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Madri: Istmo, 1999.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n°5/6, p.134-150, 1997.

MORENO, Rosangela Carrilo, ALMEIDA, Ana Maria F. O engajamento político dos jovens no movimento hip-hop. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 130-142, jan-abr. 2009.

OLIVEIRA, Wilson J. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. **RBCP**, n. 3, Brasília, p. 49-77. jan-jun. 2010.

PASSY, F. **L'action altruiste: Contraintes et opportunités del'engagement dans les mouvements sociaux**. Genève: Librairie Droz, 1998.

PASSY, Florence; GIUGNI, Marco. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment. **Sociological Forum**, Vol. 15, n. 1. p. 117 – 144, 2000.

SAWICKI, Frédéric e SIMEANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**, vol.13, n.28, p. 200-255. 2011.

SEIDL, Ernesto. (Re)pensar os movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 178-181. 2011.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e a lógica de investimentos militantes. **Pro-posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 21-39, maio-ago. 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Repertórios de ação e socialização de jovens militantes: etnografia da performance política. IN: IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba, 2011.

SNOW, David; ROCHFORD, F. B.; WARDEN, S.; BENFORD, R. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**. August, n. 51, p. 464-481, 1986.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Mechanisms in political processes. **Annu. Rev. Polit. Sci.** v.4, p. 21–41. 2001.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.